

Arcoverde reconhece falhas na assistência

**Do correspondente em
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

O ministro Waldir Arcoverde, da Saúde, reconheceu ontem, em São José dos Campos, na abertura do II Encontro Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, serem "inúmeras e graves" as deficiências do modelo de assistência médica do País, ao afirmar que "há uma excessiva concentração de recursos humanos e materiais, principalmente os de alta especialização tecnológica nos grandes centros urbanos, com predominância das atividades de recuperação em detrimento das de prevenção e promoção da saúde da população".

Embora ressaltando o aumento dos gastos federais para este ano no setor (Cr\$ 1,6 trilhão ou 4% do PIB), o ministro apontou ainda outros fatores que têm contribuído para as distorções do modelo, considerado por ele "um verdadeiro desafio". Entre esses fatores, estão a baixa produtividade dos recursos disponíveis, a expansão descontrolada dos serviços médicos e a falta de coordenação entre as várias instituições do setor, provocando um aumento dos custos operacionais.

"Não se pode esquecer também — acrescentou — a exagerada centralização do processo político-administrativo e de planejamento das ações de saúde, afastando das decisões a participação regional e local, além das próprias comunidades."

Como forma de superar tais desafios, Arcoverde propôs uma reformulação global da organização dos serviços médicos em todo o País.

O ministro considerou a centralização das decisões acumuladas pelas instituições federais uma das principais responsáveis pelas distorções verificadas na área da saúde. "A centralização é incompatível com a concepção de que o direito à saúde só ocorre através do esforço individual e coletivo e que ao Estado cabe apenas garantir os meios de ampla participação social no processo decisório", justificou.

Waldir Arcoverde definiu como "vital" a participação dos municípios nesse processo, no qual possuem responsabilidades como, por exemplo, quanto aos cuidados básicos da população e do meio ambiente. Porém, destacou o ministro, em razão das diferentes situações de desenvolvimento dos municípios, a atenção primária à saúde "não deve ter um tratamento uniformizado e muito menos ser transferida de forma abrupta, pois a maior parte deles não terá condições de assumir essa responsabilidade". Anunciou que dentro de dez ou 15 dias estarão definidos os recursos para a implantação e manutenção das redes básicas de saúde em várias cidades, por meio de convênio a ser assinado entre os Ministérios da Saúde e da Previdência Social e os governos estaduais.